



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR

Especialização em Política e Planejamento Urbano

Do peixe ao lixo: transformações urbanas e seus efeitos na produção de espaços sociais no Itanhangá

Discente: Aline Viana de Sousa

Orientadora: Profª. Dra. Soraya Silveira Simões

Rio de Janeiro

2018

ALINE VIANA DE SOUSA

**Do peixe ao lixo: transformações urbanas e seus efeitos na
produção de espaços sociais no Itanhangá**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

ORIENTADORA:

Profª. Dra. Soraya Silveira Simões

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR

PROFESSOR(A) EXAMINADOR(A):

Prof. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR

**Do peixe ao lixo: transformações urbanas e seus efeitos na produção de espaços sociais
no Itanhangá**

From fish to marine litter: urban transformations and their effects on the production of social spaces in Itanhangá

Aline Viana de Sousa

RESUMO

Localizado na zona oeste do Rio de Janeiro, Itanhangá é um bairro carioca situado à beira da Lagoa da Tijuca, aos “fundos” da Barra da Tijuca. Estabelece relações de vizinhança que produzem uma dicotomia entre os padrões construtivos populares e condomínios de casas. Logo, o objetivo deste trabalho é apresentar um pequeno estudo sobre as complexas relações de vizinhança local e suas particularidades, a partir dos diferentes usos e condições de vida; das representações que estabelecem comparações com os modos de morar na Barra da Tijuca; e a apreciação da Lagoa da Tijuca como paisagem ou recurso, ambos mobilizadores de valores econômicos e de práticas locais distintas. Com o resgate de dados secundários de cunho qualitativo são explorados analiticamente os possíveis conflitos sociais que têm mobilizado habitantes do Itanhangá a partir transformações recentes ocorridas naquele território.

Palavras-chaves: Conflitos Sociais. Espaço Urbano. Itanhangá. Lagoa da Tijuca

ABSTRACT

Located in the west zone of the city of Rio de Janeiro, Itanhangá is a carioca district located at the edge of the Tijuca's Lagoon and at the “funds” from the Barra da Tijuca district. It establishes neighborhood relationships in which they produce a dichotomy between popular constructive patterns and shut condominiums. Therefore, the objective of this academic paper is to present a small case study about the complex relations of local neighborhood and its social peculiarities, different uses and living conditions; of the representations that comparison establishing with way of living in Barra da Tijuca district; and appreciation of Tijuca's Lagoon as landscape or resource, both mobilizers of economic values and different local practices. With the secondary data, through qualitative analysis, explored analytically the possible social conflicts that have mobilized residents of Itanhangá from recent transformations occurred in that territory.

Key words: Social Conflicts; Urban Space; Itanhangá; Tijuca's Lagoon.

INTRODUÇÃO

O município do Rio de Janeiro ao longo dos anos apresentou diversas intervenções urbanísticas que resultaram no crescimento desorganizado igualmente como ocorrido nas demais metrópoles brasileiras. Em particular, as transformações urbanísticas da região da Barra da Tijuca se diferem do resto do território carioca, sendo sua atual configuração urbana fruto do projeto de urbanização para a baixada de Jacarepaguá realizado pelo arquiteto Lucio Costa a convite do Governo do Estado da Guanabara no ano 1969 (REZENDE; LEITÃO, 2003).

Neste contexto, verifica-se o fato da Barra da Tijuca não receber a classificação de “subúrbio” dentro do contexto da configuração urbana do município do Rio de Janeiro. No entanto, no caso carioca o subúrbio deve ser compreendido não só como um espaço territorial, mas sim como uma representação social. Neste sentido, Fernandes (2011) apresenta que já na década de 1980, apesar de fazer parte de nova e extensa urbanização periférica, as particularidades do processo de urbanização do bairro fez com que se evitasse uma definição de área como periférica ou de subúrbio, sendo indicada como um “núcleo metropolitano”, devido às designações expostas como a “nova zona sul”, de acordo com geógrafo Maurício Abreu na obra *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* (ABREU, 1997).

No entorno dessa “nova zona sul” observa-se permanências e novas ocupações adjacentes ao longo dos anos, as quais não estão incluídas nessa representação. Neste sentido, as permanências de ocupações faz parte do conhecimento de que desde a década 1930 a região da Baixada de Jacarepaguá era ocupada. Havia baixa ocupação demográfica e características essencialmente rurais, com a predominância da atividade de pesca artesanal nas lagoas do Complexo Lagunar da Baixada de Jacarepaguá, que podem ser verificadas no livro “O Sertão Carioca”, escrito em 1936 por Magalhães Corrêa (CORRÊA, 1936).

São os bairros e localidades como Curicica, Camorim, Rio das Pedras e Itanhangá que repartem o entorno da Barra da Tijuca mantendo ali relações econômico-sociais variadas que se destacam daquelas estabelecidas nos condomínios e *shopping centers* da Barra da Tijuca, sobretudo quando analisadas à luz da divisão social do trabalho. Verifica-se a Barra da Tijuca como o lugar do capital e da elite, vinculada a uma personalidade da “nova classe alta” ou “emergente”.

Contudo, essas relações compreendem aspectos da existência de barreiras no convívio social que, de fato, possui influência direta na *acessibilidade* (estabelecida de pessoa a pessoa

por meio de suas formas de organização social), noção exposta pelo antropólogo Ulf Hannerz (2015, p. 216, grifo meu), na qual “possibilita certa fluidez na estrutura dos relacionamentos”. Contudo, segundo Hannerz, quanto maior o quantitativo dessa acessibilidade, a *privacidade* produz um valor onde o “ambiente urbano construído serve como um componente nessa regulamentação do acesso”.

Tais elementos configuram representações que podem ser relacionadas ao surgimento de um espaço segregado, onde tanto espaços públicos quanto privados são diretamente destinados à frequência de classes de renda elevada, além da utilização pública dos espaços elaborados para garantir sensações de segurança e *exclusividade* na região. Além disso, toda a estrutura de comércio e serviços (quantidade de *shopping*, mercados, empresas, consultórios médicos) também contribui para estabelecer essa lógica moral.

Além disso, “este histórico inclui a Barra da Tijuca como uma região planejada, em que se investia com vistas à modificação de sua imagem predominante, ou seja, converter-se em uma centralidade” em que o bairro vem exercendo “sobre os bairros vizinhos da zona Oeste a condição de polo, cumprindo todas as suas exigências: a concentração que traria para seus estabelecimentos a mão-de-obra da região” (LOPES, 2009, p. 252).

Deste modo, as particularidades desse espaço produzido pelo planejamento contribuíram para considerar os desdobramentos que incidem nas relações em seu entorno, objeto de atenção deste trabalho. Pretendo, aqui, fazer uma pequena reflexão sobre a complexa relação de vizinhança entre os habitantes do Itanhangá, bairro adjacente à Barra da Tijuca, originado das ocupações correspondentes ao antigo “Sertão Carioca” de Magalhães Corrêa (1936), além de refletir sobre os diferentes usos e condições de vida em contraponto àqueles existentes na Barra da Tijuca.

Ao longo dos anos, o bairro do Itanhangá experimentou as variáveis oriundas da expansão metropolitana do Rio de Janeiro, consolidando novas formas de estar e de morar, com o surgimento de diferenciações entre seus habitantes. Isto contribui para a reflexão sobre uma vizinhança estabelecida entre ricos e pobres, diante de padrões construtivos como condomínios fechados e moradias de baixa renda, esta última relacionada a núcleos de favelas.

Para Park (1967), a vizinhança verifica-se como uma localidade com sentimentos, tradições e história, na qual mantém e estabelece a continuidade dos processos históricos. A vizinhança se constitui a partir da proximidade e contato entre os habitantes da cidade, com o

desenvolvimento de interesses locais e controle político. É uma unidade social, que existe sem organização formal e possui caráter individual diante das forças que tendem a desenvolver a práticas sociais como “tensões, interesses e sentimentos” (PARK, 1967, p. 31). Neste sentido, a cidade está envolvida nos processos vitais de seus habitantes, com sua organização econômica se dá na divisão do trabalho, e é enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a compõe (PARK, 1967).

Ao abordar sobre a questão da proximidade espacial e distância social, Chamboredon e Lemaire (2015) indicam as divisões sociais se apresentam sobre as diferenças entre bairros, sobretudo dentro de um mesmo bairro. Além disso, indicam que no interior de uma mesma classe social, o “destino” social cria subcategorias opostas, e a coexistência no espaço expressa encontro momentâneo de trajetórias sociais muito distintas (CHAMBOREDON; LEMAIRE, 2015, p. 117).

Já a estrutura social de um bairro bem delimitado demonstra a existência de um grupo dominante, que pode definir o estilo das relações que prevalecem ali, ao impor suas normas à comunidade. Nas camadas superiores das classes médias, por exemplo, as relações sociais são uma atividade específica e limitada. Nisto, em referência ao contexto social, “os indivíduos se comparam com os outros grupos tanto no presente como também em suas perspectivas em relação ao futuro” (CHAMBOREDON; LEMAIRE, 2015, p. 127). Assim,

As relações entre os grupos são afetadas pelas diferenciações que acontecem durante a transformação das condições de vida. A instalação em uma nova moradia determina as transformações na economia doméstica e, conseqüentemente, na vida familiar (CHAMBOREDON; LEMAIRE, 2015, p. 130).

Sobre a condição essencial para a existência de relações de vizinhança, ou da própria vizinhança, para os autores, é preciso haver a homogeneidade social da população. Essas relações ignoram separações geográficas e não é limitada ao meio ao qual se pertence. Contudo, o desaparecimento da unidade de vizinhança como instância, a imagem negativa da condição popular, entre outros, se expressam na imagem de uma sociedade de níveis (contrária a uma imagem de grupos hierarquizados bem demarcados), com condições propícias para o desenvolvimento de uma imagem meritocrática da sociedade (CHAMBOREDON; LEMAIRE, 2015).

Meu primeiro contato com o Itanhangá se deu na elaboração da monografia de graduação em Ciências Sociais, onde foi possível identificar a transição das atividades de pescadores do bairro e verificar um vínculo estabelecido entre estes e ambiente natural

circundante. Os fatores resultantes da ocupação da Barra da Tijuca produziram como efeito obstáculos para que pescadores da Lagoa da Tijuca, hoje moradores do Itanhangá, fossem impossibilitados de desenvolver suas atividades devido à grande quantidade de lixo descartada nas lagoas e rios, desencadeando o surgimento de uma nova forma de trabalho para esses sujeitos: o surgimento de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

A condição dos pescadores da Lagoa da Tijuca provocou a rejeição de um grupo neste processo por sua impossibilidade de desenvolver suas atividades. À vista disso, compreende-se que a precarização deste grupo de antigos pescadores resulta da “pós-ocupação” da Barra da Tijuca e como eles foram se constituindo em sujeitos políticos, imersos em uma condição de resistência e permanência que proporcionou novas formas de relações de trabalho na região (SOUSA, 2016).

Assim, a entrada no campo para os escritos da monografia proporcionou despertar questões sobre a possível existência de uma dicotomia nas formas da vida urbana relacionadas às transformações daquele espaço, seus diferentes usos vinculados a um poder aquisitivo e apreciação da paisagem¹, compartilhamento da vida social, instaurada na expansão urbana da Barra da Tijuca. Logo, o objetivo geral deste artigo é compreender os efeitos locais das transformações urbanísticas sobre os habitantes do bairro do Itanhangá, a fim de refletir as representações e relações de vizinhança entre os que residem e trabalham no local, especialmente na favela da Muzema e em condomínios fechados de classe média.

A motivação desta pesquisa é a continuidade e o aprofundamento da pesquisa sobre o entorno da Lagoa da Tijuca, no Itanhangá, com o interesse em compreender outros efeitos das mudanças sociais entre os habitantes daquele setor. Portanto, este pequeno estudo está direcionado ao resgate de dados secundários de cunho qualitativo para analisar os processos sociais e conflitos surgidos pela reconfiguração das relações de trabalho, identificando aspectos de permanência, condições de vida e possíveis conflitos sociais no Itanhangá.

¹Aponto a leitura de Mello e Vogel (2017), no resgate de relatos de viajantes para compreensão das diversas formas de representação do ambiente a partir de narrativas sobre a paisagem de espaços naturais, no caso as lagoas de Maricá.

A PERIFERIA DE UM “CENTRO METROPOLITANO”

Itanhangá é um bairro carioca localizado na zona oeste do município e tem como bairros limítrofes Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Alto da Boa Vista. Situada à beira da Lagoa da Tijuca, a Estrada do Itanhangá é a principal via do bairro e compreende fluxos diários de pessoas, devido ao acesso da Barra da Tijuca às localidades de Jacarepaguá, como Rio das Pedras e Anil, bem como o acesso ao Alto da Boa Vista.

De acordo com Sousa (2016), o Itanhangá se originou das comunidades ribeirinhas existentes na Lagoa da Tijuca, já estabelecidas antes do processo de urbanização da Barra da Tijuca idealizado pelo Plano Lucio Costa. Vale citar que alguns antigos pescadores da Lagoa, os quais permaneceram após esta ocupação da Barra da Tijuca, hoje são moradores da Favela da Muzema (SOUSA, 2016).

Sobre a história do bairro, é possível identificar poucos escritos. Sabe-se que nos anos 1930 foi construída uma área de golfe no bairro, o atual Itanhangá Golf Club, frequentado pelo então presidente Getúlio Vargas. Já na década de 1950 houve o surgimento de loteamentos próximos às áreas verdes, como o “Jardim da Barra”, condomínio residencial às margens da Lagoa da Tijuca (SOUSA, 2016).

Atualmente o Itanhangá apresenta limites administrativos que contêm tanto condomínios de apartamentos e casas, favelas, pequenos comércios e serviços. Compreende moradores de classe alta na área mais próxima à Barra da Tijuca, a classe média em condomínios de casas, moradores de classe baixa distribuídos em favelas e pela Estrada do Itanhangá. De forma significativa, vale indicar que ali residem muitos imigrantes nordestinos que compõem parte expressiva da população da Zona Oeste, principalmente na favela da Muzema (OBERG, 2007). Ainda, sabe-se que o bairro se divide nas seguintes localidades: Dois Corações, Barrinha, Floresta da Barra, Morro do Banco, Tijuquinha, Recanto da Barra, Vila da Paz, Sítio do Pai João, Pedra do Itanhangá e Muzema (OBERG, 2007).

Conforme a análise dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 havia 38.415 pessoas residentes no Itanhangá, enquanto em 2000 correspondia a 21.813 moradores. Já o quantitativo de domicílios praticamente dobrou de 2000 para 2010, passando de 6.295 moradias para 12.782 (IBGE, 2001; 2011).

Já dados sobre a situação econômica dos moradores também podem ser observados no Censo Demográfico do IBGE. Em 2010, a maioria dos moradores, em idade economicamente ativa, estava concentrada na faixa de rendimento mensal correspondente a mais de 1/2 a 2 salários mínimos (salário mínimo utilizado: R\$ 510,00), ou seja, mais de 40% (IBGE, 2011). Segundo esses dados, um quantitativo significativo de moradores encontrava-se sem rendimento. Vale indicar que a classe “sem rendimento” inclui as pessoas que recebiam somente em benefícios. Assim, verifica-se que boa parte da população moradora do Itanhangá em 2010 correspondia às classes D e E, segundo critérios de Classes Sociais por Faixa de Salário-Mínimo, adotado pelo IBGE.

De acordo com Oberg (2007, p. 133), a parte do bairro mais próxima de Jacarepaguá encontra-se como “parte dos fundos da Barra da Tijuca”, onde a “própria geografia da região reproduz a mesma exclusão analisada nos espaços privados: os trabalhadores menos qualificados permanecem nos fundos”. Já a parte mais próxima da Barra da Tijuca traduz “a Barra da Tijuca de costas” em uma perspectiva menos estigmatizada (OBERG, 2007, p. 133). Com isso, a perspectiva da paisagem local é percebida de forma distinta entre os habitantes do lugar, sejam moradores, trabalhadores e visitantes, o que influencia nas subjetividades produzidas nessa construção social do bairro.

Entre as comunidades existentes no Itanhangá, coloco aqui em destaque a Muzema. Oberg (2007) aponta as seguintes subdivisões: Cambalacho, Angu Duro, Morro do Sossego e Regata. Sabe-se que a expansão dessas ocupações se deu na década de 1950 e que, atualmente, a Favela da Muzema é local de residência de muitos nordestinos que contribuem, de forma significativa para a identidade local, seja através das comidas servidas nos bares e restaurantes ou das músicas e dos sotaques que ali podemos ouvir (OBERG, 2007).

Desde 2011, a localidade presencia algumas ameaças de remoções². Neste âmbito, lideranças comunitárias da Muzema estabeleceram protagonismos diante das intervenções públicas, principalmente no que diz respeito a remoções em áreas ditas de “risco” e “interesse

² Sobre esses eventos, vale indicar o vídeo denominado “Muzema Residents Discuss Threat of Eviction” (em português “Moradores Muzema falam sobre a ameaça de remoção”) publicado em 2011 através do aplicativo *Youtube* (RIO ON WATCH, 2012). Já no âmbito jornalístico, verifica-se a seguinte manchete “Favela da Muzema, no Itanhangá, é tomada por construções irregulares”, publicada em 2016 no *Jornal O Globo* (GALDO, 2016). Isso contribui para a reflexão sobre as práticas de reatualização dos discursos de remoções em favelas no Rio de Janeiro, utilizadas como mecanismo de gestão e controle populacional, que podem ser observadas em Magalhães (2011).

ambiental”. A presença de moradores no Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro indica a participação deles nas lutas e resistências contra os processos de exclusão e desigualdades sociais produzidos pelo Projeto Olímpico. Uma evidência da participação pode ser observada na terceira versão do Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2014, p. 34):

Muzema (Barra da Tijuca) – A comunidade, situada junto ao Itanhangá, Barra da Tijuca, com mais de 30 anos, tem casas ameaçadas de remoção para a realização de dragagem de um canal. Moradores questionam esta necessidade, uma vez que o córrego já passou por dragagem em outros trechos sem a necessidade de remoções.

Por outro lado, o Itanhangá experimenta ao longo dos anos a especulação imobiliária. Desde os anos 2000, observa-se um aumento populacional na Estrada do Itanhangá, sobretudo de moradores de classe média. Certos aspectos de sofisticação, como aponta Oberg (2007, p. 134), representados “por casas de decoração e artesanato”, indicou a procura por condomínios no bairro. Fatores como curta distância entre as praias, proximidade com a Floresta da Tijuca e comércios e serviços da Barra da Tijuca atraiu moradores de outras partes da cidade e com maior poder aquisitivo.

Contudo, a valorização do local apresenta um estigma associado a “predominância de casas e o surgimento de comunidades carentes”, como mostra o material jornalístico de Calabre (2013, não paginado). A reportagem indica também a seguinte passagem: “a existência de comunidades ali inibe uma maior valorização, mas não paralisa o bairro”. Essa inibição pode estar associada à dinâmica espacial atual do bairro, onde a “maior valorização” pode ser associada à classe alta, esta limitada à proximidade com a Barra da Tijuca.

Nesse contexto, vale arriscar que a chegada do Metrô ao Jardim Oceânico pode ter fomentado novamente o mercado imobiliário no Itanhangá. Verificam-se novas formas de transporte na Lagoa da Tijuca, como, por exemplo, balsas que fazem ligação à estação Jardim Oceânico, o que facilita a circulação dos moradores e trabalhadores permitindo escapar dos congestionamentos da Avenida das Américas e Estrada do Itanhangá.

Enquanto a Lei Municipal nº 5.751 de 09 de junho de 2014 estabelece, sem previsão, a implantação de transporte marítimo no sistema lagunar da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá, com a criação de cinco estações ao longo das lagoas, as balsas se tornaram a alternativa mais eficaz em curto prazo. Tal prática já era comum em trajetos para a Ilha da Gigóia, como também em condomínios na Lagoa de Marapendi, próximo ao Recreio dos Bandeirantes. Segundo

Altino (2017, não paginado) a “praticidade, a economia de tempo e o passeio em clima bucólico” traduzem as vantagens do uso das balsas pelos passageiros entrevistados. Diante disto, a demanda pelo transporte se desenvolve na região, criando concorrências entre os proprietários de barcos, até mesmo a circulação de não habilitados nas lagoas.

De forma significativa, as balsas atendem os moradores de diferentes classes sociais das localidades do Itanhangá. Há um pequeno cais construído junto à estação Jardim Oceânico e ao “prédio da Unimed” (referência para os moradores da região), onde as balsas realizam o trajeto até os variados destinos, passando pelas ilhas da Gigóia e Primeira, até Jacaré/Cloro, para onde vai a população de localidades como Muzema e Tijuquinha; e Ilha dos Pescadores, localidade mais próxima dos condomínios e moradias de classe alta.

CONFLITOS SOCIAIS DE UMA PAISAGEM: AS PARTICULARIDADES DO ITANHANGÁ

As consequências das transformações na região provocaram o surgimento de diferentes aspectos relacionados à vida urbana local. A progressiva mortalidade de peixes, novas formas de ocupações e diferentes significados atribuídos aos usos do espaço, foram determinantes para as transformações nas relações de vizinhança. Um local dotado de aspectos naturais propícios às práticas da pesca artesanal foi reconfigurado juntamente com o novo sistema construído que trouxe nova “paisagem social” ao local, o que provocou a instabilidade na vida da comunidade de pescadores e exigiu um modo de legitimar sua presença naquele espaço, agora ameaçador para as suas condições de vida.

Uma aproximação interessante para essa reflexão pode ser estabelecida com a obra de Mello e Vogel (2017), em que os autores tratam da pesca nas lagoas litorâneas de Maricá, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O trabalho etnográfico “Gente das Areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro” aborda questões sobre a urbanização, meio ambiente e pesca em lagoas do litoral fluminense, entre as quais podem ser analisadas as formas de ocupação das comunidades de pescadores da Lagoa da Tijuca, no Itanhangá. Porém, enquanto o estudo trata do sistema lagunar de Maricá como um todo, aqui consideramos uma lagoa do complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá.

Vale salientar que a questão da permanência das práticas da pesca foi estabelecida de forma distinta nos dois casos, sobretudo os dilemas e dramas sociais ali existentes. Ainda assim, para os dois casos, a doutrina do saneamento para o litoral fluminense representava as

comunidades litorâneas e seus modos de reprodução como “estagnados” e homólogos das “águas paradas”. Segundo Mello e Vogel (2017, p. 127), a perspectiva higienista da política de saneamento entendia que:

A pesca tinha reproduzido, ao longo dos séculos, um modo de vida, que, sem negar o sustento aos seus beneficiários, terminava, entretanto, por condená-los a uma irremediável estagnação – tecnológica, psicológica, sociológica, biológica e moral, num meio marcado – também ele – pelo fenômeno da estagnação. Águas paradas, passos estancados, mentes em letargia, vontades entorpecidas – nada seria capaz de fluir nesse ambiente cheio de entaves, nem mesmo a História.

Em Maricá, a pesca artesanal experimentou períodos de instabilidades, colocada pelos autores como aspectos da “vida e morte” do complexo lagunar, sua relação com o mar e a comunicação permanente entre os corpos d’água, ou seja, entre a lagoa e o mar (MELLO; VOGEL, 2017). Além disso, Maricá experimentou movimentos de proteção desta prática e de sua paisagem desde os anos 1980: a Colônia de Pescadores Zacarias, localizada na Restinga de Maricá, e sua técnica de “pesca de galho”. Contudo, a atividade diminuiu gradativamente; nos anos 1950 os pescadores da restinga somavam em 800 pessoas. Vinte anos depois não passavam de 240 pescadores e, atualmente, depois de uma série de ameaças de destruição da aldeia de Zacarias para a construção de um *resort*, esse número tornou-se ainda menor. Apesar deste cenário, as práticas pesqueiras nas lagoas têm resistido ao longo os anos (MELLO; VOGEL, 2017).

Já no Itanhangá, a pesca artesanal não sobreviveu: foi limitada e absorvida pela urbanização. Não houve proteção da sua vegetação, no caso o manguezal. Atualmente não há mais pescadores na lagoa; os que ainda participam da atividade pesqueira atuam em alto mar. Contudo, observa-se a mesma relação com o mar, onde a maré alta vinda da Praia da Barra da Tijuca provoca uma troca entre as águas, melhorando a qualidade visual dos espelhos d’água da Lagoa da Tijuca (SOUSA, 2016). Atualmente é a contribuição da água do mar, quando a maré está cheia, que proporciona uma melhor condição, mesmo que temporária, de suas águas.

Para esses antigos pescadores, a atividade pesqueira nas lagoas não ia ter um fim, sobretudo pela facilidade, prática e abundância de peixes, siri, caranguejo e camarão das lagoas. Mulheres e homens compartilhavam da pescaria, os consumidores buscavam o pescado nas residências, onde eram feitos viveiros dentro da lagoa. Muitos não tiveram o interesse de estudar ou de atuar em outras ocupações, pois havia a facilidade de ter renda com a pesca. Como as

casas eram próximas à beira da Lagoa, o primeiro contato e experiência de trabalho era a pesca (SOUSA, 2016).

Além disso, era uma prática passada por gerações, com a criação dos filhos e passada pelos pais e avós oriundos da pescaria nas lagoas. Na presença dos manguezais diante das águas cristalinas das lagoas, a pesca era feita no remo à mão. A comunicação entre as lagoas proporcionava a circulação, a qualidade de suas águas proporcionava o banho e a abundância de caranguejo e outros pescados (SOUSA, 2016).

Nisto, a paisagem é um ponto relevante para esta reflexão. As descrições indicadas por Mello e Vogel (2017), ao resgatar relatos de viajantes, indica a articulação entre os vários ambientes do Complexo Lagunar de Maricá, formas da representação do ambiente a partir de narrativas sobre a paisagem, da mesma forma dada à Lagoa da Tijuca. É a comunicação do sistema com o mar que releva sua prioridade “sobre todas as demais variáveis necessárias à compreensão do seu funcionamento” (MELLO; VOGEL, 2017, p. 85).

No caso de Maricá, e para todos os outros do mesmo gênero, vale não só a dupla referência à terra e ao mar, como, ainda, a menção do encontro periódico das águas, de uma e de outra parte. É em virtude deste que se regulam as sazonalidades [ou temporalidades] características desse tipo de sistema (MELLO; VOGEL, 2017, p. 85).

Outro ponto em destaque é a imagem do “deserto de lagoas” (MELLO; VOGEL, 2017), como reflexo da paisagem do campo das representações ambientais, a fim de indicar elementos da paisagem nas percepções de viajantes cientistas como Darwin e Maximiliano. O que chama atenção para tal reflexão dos autores é a associação que pode ser feita com a noção de “Sertão Carioca”, de Magalhães Côrrea. É a noção de “deserto” e “sertão” que podem ser comparadas ao modo de qualificar ou classificar o espaço natural que abriga as lagoas litorâneas, a partir de uma construção de cenários pelos viajantes, onde a paisagem está associada a “determinados modos de sentir” (MELLO; VOGEL, 2017, p. 104).

Para Sarmiento (1998, p. 5), os escritos de Corrêa evidenciam aspectos de etnógrafo amador, um viajante que “estabeleceu um critério interpretativo deste quadro como o de uma 'realidade' tipicamente sertaneja, distinta da que a ele se apresentava nas demais regiões da cidade do Rio de Janeiro à época”. Além de apresentar descrições geográficas, Corrêa descrevia os aspectos da organização social da região e o cotidiano desses sertanejos cariocas, como a “caracterização dos pescadores, agricultores, avicultores e de artesãos como os cesteiros, os

tamanqueiros e os tecelões de redes para a pesca” (SARMENTO, 1998, p. 8). Assim, o conhecimento sobre a obra de Corrêa faz com que seja possível verificar aspectos já perdidos daquela região e compreender o impacto da urbanização naquele espaço após a década de 1970.

Já nos tempos atuais, no Itanhangá a paisagem se mostra familiar para a maioria dos moradores, que compartilham da Lagoa da Tijuca e Floresta da Tijuca. No entanto, a paisagem é percebida de forma diferente para visitantes de moradores da Barra da Tijuca, pois o bairro, ali, é identificado como “a parte dos fundos” da Barra da Tijuca (OBERG, 2007), a periferia de uma centralidade produzida ao longo dos anos, que contribui na representação da subjetividade dos sujeitos que habitam esse espaço social (OBERG, 2007).

A progressiva degradação ambiental local, decorrente da poluição das águas das lagoas da região, impediu pescadores de desenvolver suas atividades tradicionais, desencadeando, paralelamente, o surgimento de uma nova forma de trabalho para esses indivíduos (cooperativa de catadores de resíduos sólidos). Assim, verifica-se um rompimento diante de novas formas de trabalho na mudança de atividades de um grupo (atividade pesqueira), dando lugar a outra função (coleta de lixo). Assim, é relevante apresentar que essa mudança no processo de trabalho está relacionada à tentativa de conservar não só um espaço ambiental, mas também o meio social no qual esses indivíduos estavam inseridos (SOUSA, 2016).

As narrativas desses antigos pescadores sobre as suas práticas e a transformação da paisagem local, indica a reconstrução do passado realizada a partir de interesses de indivíduos e grupos no presente (POLLAK, 1993). O indicativo do conhecimento da questão ambiental da Lagoa encontra-se presente, principalmente no que diz respeito à poluição que resultou na mortalidade de peixes, siris e camarões e dificuldade de locomoção na Lagoa da Tijuca. Assim, observa-se que esses antigos pescadores assumem o lugar de portadores da experiência da pesca em meio às condições de vida ligadas às particularidades do ambiente da Lagoa da Tijuca, nas transformações ocorridas na paisagem daquele território (SOUSA, 2016).

Apesar da ocupação da Barra da Tijuca, promovida pelo Plano Lúcio Costa, ter sido iniciada na década de 1970, segundo as narrativas dos antigos pescadores registradas por Sousa (2016), a dificuldade de realizar as atividades de pesca surgiu após a segunda metade dos anos 1980. Foi a partir de 1985, aproximadamente, que ocorreu o declínio da pesca, onde muitos pescadores tiveram que buscar outras formas de trabalho em meio expediente. Não era mais possível viver somente da pescaria.

Atualmente, além dos antigos pescadores, outros moradores do Itanhangá compartilham desta mesma paisagem. Em destaque colocam-se as formas de moradias que estabelecem estilos de vida associados à Barra da Tijuca, com a formação de condomínios fechados. Contudo, no Itanhangá verificam-se diversas formas constituídas de condomínio fechado, não necessariamente direcionado à classe de alto poder aquisitivo. Trata-se de conjuntos de casas com moradores da camada média.

Para esse tipo de ambiente construído, verifica-se uma possível relação com o que Patriota de Moura (2010) identifica com relação a condomínios horizontais ocupados por camadas médias no Distrito Federal. Trata-se de composições “abertas”, apesar do fechamento espacial. Na pesquisa que realizou, Patriota de Moura conclui que esse tipo de condomínio horizontal permitiu que camadas médias produzissem moradias de forma semelhante às das camadas populares, não no sentido dos padrões construtivos, mas no que diz respeito ao processo de regularização desses condomínios horizontais de classe média em Brasília. Em busca de compor uma proximidade com a centralidade urbana, as disputas em torno desses condomínios indicam a presença de uma série de processos combinados por muros e guaritas (PATRIOTA DE MOURA, 2010).

No caso do Itanhangá, a perspectiva dos espaços horizontais de casas remete a reflexão sobre as formas constituídas de condomínio fechados naquele espaço, na qual seria um possível recorte de pesquisa naquele campo, visto que as especificidades do bairro. Estas provocam compreender a dimensão dos conflitos sociais que opõem grupos, sendo estes processos direcionados a uma continuidade no tempo e espaço (MELLO; VOGEL, 2017).

Sobre a noção de conflito, Simmel (1971) identifica-o como uma forma de sociação, “a mais vívida”, fundadora do laço social. O conceito de "sociação" é formulado pelo autor para designar mais apropriadamente as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam. É importante destacar que as interações sociais e as relações de interdependência não representam, necessariamente, a convergência de interesses entre os atores sociais envolvidos. O argumento de Simmel é de que o conflito obriga as partes a reconhecerem umas às outras ainda que a relação seja de caráter antagônico, de modo circunstancial ou perene (SIMMEL, 1971).

Nesse âmbito, verifica-se a produção dos sujeitos locais, esta relacionada aos processos de produção material do local, onde o tempo e o espaço são socializados e localizados mediante práticas de atuação (APPADURAI, 1995). Nisto, segundo Harvey (1993), verifica-se

que a objetividade do tempo e do espaço advém de práticas de reprodução social e na medida em que estas podem variar geograficamente e historicamente verifica-se que o tempo social e o espaço social são constituídos diferencialmente.

Enquanto os sujeitos locais se fazem ao tomarem parte nas atividades sociais de produção, representação e reprodução; os diversos conflitos sociais contribuem a ocasionar sutis transformações nas formas de ver e pensar o mundo e até na própria compreensão que a coletividade tem de si. À medida que os sujeitos locais prosseguem com sua contínua tarefa de reprodução da vizinhança, os contingentes da história, meio ambiente e imaginação contêm o potencial para a geração de novos contextos, sendo a produção do local geradora de contextos. Quando os antropólogos se referem ao contexto, falam de um “marco social” no qual se pode compreender e explicar melhor determinadas ações e representações (APPADURAI, 1995).

Assim, Appadurai (1995) indica a produção do local como uma dimensão da vida social, onde produção e reprodução da localidade tecem relações em uma rede formada por vários tipos de “nativos” do lugar. Esta análise propõe reconhecer que os dramas sociais nas relações de vizinhanças do Itanhangá estabelecem um dualismo “favela *versus* condomínio”, onde a produção da vizinhança é um exercício de poder sobre algum tipo de meio ambiente (APPADURAI, 1995). Toda instância de construção do local possui um momento de colonização que corresponde ao conhecimento formal que a produção de uma determinada vizinhança requer.

Com o reconhecimento do campo, é possível verificar que as distinções entre localidades do Itanhangá são produtoras de segregações naquele espaço, o que pode elucidar os aspectos da produção dos sujeitos locais no tempo e espaço.

Na parte mais próxima à Barra da Tijuca, percebe-se a existência de prédios e condomínios fechados de alto padrão, abraçados pela Floresta da Tijuca, Itanhangá Golf Club, além de casas de eventos luxuosas para casamentos, pequenos pontos gastronômicos, próximos à entrada da Estrada do Alto da Boa Vista.

No bairro, já é possível observar outras formas construtivas, mais modestas: em uma estrada estreita observam-se moradias populares à margem da Lagoa da Tijuca, pequenos comércios como bares, mercados e restaurantes com estruturas simples, um forró em alto volume, muitas pessoas andando num espaço sem calçada. Ao encontro de riqueza desse cenário está a Tijuquinha, uma parte central e popular do Itanhangá. Tal localidade é

caracterizada pela presença do comércio de produtos do nordeste brasileiro, trazidos pelas redes compostas por imigrantes estabelecidos naquela região, como no caso de Rio das Pedras.

Em mais alguns passos, tal estrutura se mantém. Contudo, verificam-se a existência de condomínios fechados. Mas esses condomínios são diferentes dos anteriores, pois possuem uma particularidade: são conjuntos horizontais de casas com padrões construtivos diversos, que não se encontram nas especificidades da classe baixa ou alta. São condomínios de casas com portal de grade para entrada de carros e rua sem saída, que na verdade terminam na Lagoa da Tijuca. Essa é a localidade da Muzema, também composta pelas casas da Favela da Muzema, que adentram a Floresta da Tijuca, do outro lado. Contudo, Muzema e favela da Muzema não se confundem; não compreendem da mesma situação social (OBERG, 2007). Muitas vezes, os moradores desses condomínios horizontais se identificam como moradores do Itanhangá, enquanto os moradores da parte mais próxima da Barra da Tijuca e Estrada do Alto da Boa Vista os qualificam como “moradores da Muzema”. Tanto que a Associação de Moradores do Itanhangá não abrange a localidade da Tijuquinha e Muzema, por exemplo, que têm suas próprias associações³.

Tais segregações podem descrever os contrapontos entre os usos dos espaços. Pelo conhecimento prévio do campo, é possível indicar superficialmente que entre os habitantes do bairro mais ativos estão os moradores da Tijuquinha e Favela da Muzema. Já os moradores de condomínios fechados – sejam de alto padrão ou dos condomínios de casas – possuem uma relação com o bairro mais pontual, pois estabelecem maior relação com os equipamentos da Barra da Tijuca. Especificamente para os moradores dos condomínios de casas, uma das hipóteses para essa reflexão é o valor imobiliário e condições de vidas mais acessíveis financeiramente em relação à Barra da Tijuca, ou seja, representações do morar conferem ao estilo de vida associado à urbanização e sociabilidade produzida na Barra da Tijuca.

Já os moradores da Tijuquinha e Favela da Muzema estabelecem maiores relações de trabalho com casas e comércio da Barra da Tijuca, desempenhando serviços de baixa qualificação nos *Shoppings Centers* e nos condomínios (como serviço doméstico, porteiro, zelador, manutenção, limpeza em geral, ajudante de obra) (OBERG, 2007).

³Segundo uma informante moradora do bairro em abril de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitar o Itanhangá, nesta monografia, foi uma tentativa de desvendar algumas de suas particularidades; de verificar os caminhos existentes para compreensão dos conflitos sociais vividos por seus diversos moradores, de modo a permitir observar uma variedade de condições sociais desenvolvidas a partir dos modos de vida no espaço urbano que reconfiguraram as relações de trabalho, transformando pequenos produtores autônomos em uma classe subalterna. É a dimensão das continuidades e rompimentos na história da formação do bairro que compõe os caminhos das representações sociais e dos espaços segregados no Itanhangá.

A noção do espaço segregado naquele setor serve como suporte no qual visualizamos melhor um espaço social (BOURDIEU, 2013). O espaço social é definido pela distinção das posições que o constitui, ou seja, do modo como se distribuem, numa dada sociedade, diferentes formas de poder. Neste sentido, certas representações do espaço reproduzem uma hierarquia socioespacial no Itanhangá, revelando que a proximidade física pode expressar uma expressiva distância social (CHAMBOREDON; LEMAIRE, 1970).

A pesquisa etnográfica pôde contribuir para a compreensão um pouco mais detalhada dos pontos descritos neste pequeno estudo, sendo o instrumento mais adequado para compreender os sentidos e práticas dos dramas sociais estabelecidos nestas complexas relações de vizinhança no Itanhangá. Assim,

Um drama social leva à descoberta de muitas coisas. Muitas mais, no entanto, podem ser reveladas quando se tem, em vez de um só, toda uma série de episódios dramáticos. Através deles, a vida da sociedade estudada adquire um *perfil processual*, em que se delineiam não só os valores axiomáticos da cultura de um grupo, mas também, os seus modos de atualização e hierarquização (MELLO; VOGEL, 2017, p. 177, grifo meu).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ALTINO, L. **Antes mesmo de projeto da prefeitura, transporte aquaviário ganha força na Barra**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 23 mar. 2017. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/antes-mesmo-de-projeto-da-prefeitura-transporte-aquaviario-ganha-forca-na-barra-21099925#ixzz5EMrLz3jo>> Acesso em 25 abr. 2018.

APPADURAI, A. The production of locality. In: FARDON, R. (org.). **Counterworks: managing the diversity of knowledge**. Londres: Routledge, 1995. pp. 204-225.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. **Estudos Avançados**, USP, São Paulo, v. 27, n. 79, 2013.

CALABRE, R. **Preço mais acessível e clima tranquilo do Itanhangá atraem moradores em busca de luxo**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 07 dez. 2013. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/preco-mais-acessivel-clima-tranquilo-do-itanhanga-atraem-moradores-em-busca-de-luxo-10981674#ixzz5EMsDUjyM>> Acesso em 25 abr. 2018.

CHAMBOREDON, J.; LEMAIRE, M. Proximidade espacial e distância social. Os grandes conjuntos e sua população [1970]. **Revista Antropológica**, n. 38, Niterói, p.107-145, 1. sem. 2015

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: 3º Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014.

GALDO, F. **Favela da Muzema, no Itanhangá, é tomada por construções irregulares**. O Globo, Rio de Janeiro, 25 dez. 2016. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/favela-da-muzema-no-itanhanga-tomada-por-construcoes-irregulares-20691965#ixzz5GdF5SCZHstest>> Acesso em mai. 2018.

CORRÊA, A. M. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936.

FERNANDES, N. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**. Rio de Janeiro 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

HANNERZ, U. **Explorando a cidade**. Em busca de uma antropologia urbana. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Dados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Dados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LOPES, L. **Sociabilidade e identidades confinadas em condomínios da Barra da Tijuca**. 2009. 272f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

- MAGALHÃES, A. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes antropológicos**, vol. 19, n. 40, Jul./Dez. 2013.
- MELLO, M. A. da S.; VOGEL, A. **Gente de Areias: História, Meio Ambiente e Sociedade no Litoral Brasileiro**. Maricá-RJ - 1975 a 1995. 2ªed. rev. e aum. Niterói: Eduff, 2017. 420 p.
- OBERG, L. P. **Do Rio das vitrines à galeria dos desconhecidos**: Um estudo em psicologia social comunitária na localidade de Muzema. 2007. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2007.
- PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PATRIOTA DE MOURA, C. Condomínios horizontais em Brasília: elementos e composições. **Antropolítica**, Niterói, n. 28, p.47-68, 2010.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.1, n10, 1992.
- REZENDE, V. F.; LEITÃO, G. Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, a avaliação dos ideais modernistas após três décadas. IN: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5., 2003, São Carlos. **Anais...** Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.
- RIO DE JANEIRO (Município). Lei Municipal nº 5.751 de 09 de junho de 2014. Define critérios para a implantação do transporte de passageiros através do complexo lagunar de Jacarepaguá e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 10 jun. 2014.
- RIO ON WATCH. Relatos das Favelas Cariocas. **Moradores de Muzema falam sobre ameaça de remoção**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <<http://riononwatch.org.br/?p=2817>> Acesso em mai. 2018.
- SARMENTO, C. E. **Pelas veredas da capital**: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 25f.
- SIMMEL, G. Conflict. On Interaction and its social forms. **University of Chicago Press**, Chicago, 1971.
- SOUSA, A. V. de. **Lagoa da Tijuca**: reflexões sobre urbanismo, memória e meio ambiente. 2016. 60f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.